

Seminário Nacional



ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ALTERAÇÕES DO OBJETO, PRORROGAÇÃO, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/1993 E A LEI Nº 13.303/2016

09 A 11 • MARÇO • 2020 • SÃO PAULO/SP

SEMINÁRIO

Os aditivos aos contratos administrativos geram muita discussão e são uma das maiores causas de apontamentos e condenações pelos tribunais de contas. Para as estatais, há importantes alterações previstas na Lei nº 13.303/2016 que precisam ser conhecidas para sua correta aplicação.

Destacamos as principais razões que motivam as alterações dos contratos – objeto/projeto, prazo e valor. Como ponto de partida, analisaremos as questões polêmicas enfrentadas pelos responsáveis no dia a dia da execução contratual, e as soluções serão apresentadas de acordo com os posicionamentos do TCU e dos tribunais superiores.

Abordaremos situações práticas e entendimentos dos tribunais referentes a vícios e irregularidades cometidos pela Administração nos aditivos contratuais. Além disso, indicaremos melhores práticas e *checklists* para planejar e fiscalizar os contratos, a fim de alinhar as ações e afastar futuras condenações e responsabilizações.

Esta capacitação permitirá a você:

- Compreender as principais razões e os fundamentos para alterações de objeto (qualitativas e quantitativas), de prazo (prorrogações dos prazos de execução e vigência) e de valor (revisão, reajuste e repactuação) dos contratos administrativos de compras, obras, serviços e Sistema de Registro de Preços, de acordo com os regimes da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 13.303/2016.
- Formalizar e instruir adequadamente os procedimentos de alterações contratuais de objeto, prazo e valor.
- Discutir e solucionar situações práticas que envolvem as alterações de objeto, de prazo e de valor nos contratos administrativos.
- Identificar vícios e irregularidades comuns cometidos pela Administração nos aditivos contratuais e as melhores práticas para evitá-los, assim como eventuais apontamentos e responsabilizações.
- Conhecer os entendimentos do TCU e dos tribunais superiores.

Quem deve participar?

Fiscais e gestores de contratos, profissionais do departamento de compras e de controle interno, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, bem como todos os agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação pública, inclusive das estatais.

Destaques do conteúdo:

✦ Acréscimos, supressões e alterações qualitativas

- Alterações unilaterais e por acordo – Cabimento e limites – Entendimentos do TCU.
- Condições e limites para as alterações dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016
- Compensação entre acréscimos e supressões – Orientações do TCU
- Aplicação dos percentuais para acréscimos – Base de cálculo – O que é “valor inicial atualizado do contrato” ?
- Alterações em contratos decorrentes de dispensa e inexigibilidade
- Acréscimo em contratos que admitem prorrogação – Base de cálculo
- Erros na definição do objeto e no projeto e alterações contratuais
- Acréscimos em contratos que decorrem de SRP

✦ Alteração de prazo – Prorrogação dos prazos de execução e de vigência

- Prazo de execução X Prazo de vigência – Ampliação
- Prazo de vigência – Prorrogação
- Regras da IN nº 05/2017 para a prorrogação do prazo de vigência nos contratos de serviços contínuos
- Formalização de prorrogação depois de expirado o prazo de vigência – Entendimento do TCU
- Prazos dos contratos que decorrem de SRP
- Verificação de compatibilidade com os preços de mercado – E se existir preço inferior?
- Possibilidade de o contrato de serviços contínuos prever prazo inicial de 48 ou 60 meses direto
- Condições para a ampliação do prazo nos contratos realizados pelas estatais

✦ **Formalização das alterações de prazos**

- Cuidados na justificativa e instrução de alterações no contrato
- Atuação da assessoria jurídica e da área técnica nas alterações de contrato
- Termo aditivo ou apostilamento
- Formalização das alterações contratuais de acordo com a Lei nº 13.303/2016

✦ **Revisão, reajuste e repactuação**

- Reajuste, repactuação e revisão – Diferenças e cabimento
- Repactuação – Divisão em montantes de mão de obra e insumos – Processamento e contagem do prazo
- O regime da Lei nº 13.303/2016 e a possibilidade de reajuste, revisão e repactuação dos contratos
- Possibilidade de reajustar, repactuar e revisar após escoado o prazo de vigência
- Preclusão do direito à repactuação
- Reajuste e revisão da ata e do contrato de registro de preços

PROGRAMA

Dias 09 e 10

Segunda e terça-feira

Professor Joel de Menezes Niebuhr

Advogado. Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP. Professor de cursos de pós-graduação. Autor de: *Licitação pública e contrato administrativo* (4. ed., Fórum, 2015); *Dispensa e inexigibilidade de licitação pública* (4. ed., Fórum, 2015); *Pregão presencial e eletrônico* (7. ed., Fórum, 2015); *Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos* (2. ed., Fórum, 2013); *O novo regime constitucional das medidas provisórias* (Dialética, 2001); e *Princípio da isonomia na licitação pública* (Obra Jurídica, 2000).

ALTERAÇÃO DO OBJETO/PROJETO – ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E ALTERAÇÕES QUALITATIVAS

1. Qual a principal razão para o volume de alterações no objeto e nos projetos efetuadas nos contratos administrativos? De que forma o planejamento influencia o sucesso das contratações e a redução do número de alterações contratuais?
2. Em linhas gerais, qual a diretriz das alterações dos contratos previstas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 13.303/2016? Qual foi a grande alteração sobre esse assunto no regime das estatais?
3. Em quais hipóteses é possível a alteração unilateral e em quais depende de acordo entre as partes?
4. Qual a diferença entre alterações unilaterais qualitativas e quantitativas? Toda alteração qualitativa envolve também uma alteração quantitativa? Quais os limites para essas alterações? Qual o entendimento do TCU?
5. O que é “valor inicial atualizado do contrato”, expressão prevista na Lei de Licitações e na Lei nº 13.303/2016 como base de cálculo para a aplicação do percentual legal para acréscimos e supressões do objeto?
6. Quais as condições e os limites para as alterações dos contratos pelas estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016?

7. Se as quantidades contratadas foram acrescidas e suprimidas de forma que o valor final não seja alterado, estará caracterizada uma alteração contratual? Quais as orientações do TCU sobre a compensação entre acréscimos e supressões, em especial nos contratos de obras?
8. Realizada alteração qualitativa que acresceu 25% o valor inicial do contrato, é possível posterior acréscimo quantitativo mediante justificada necessidade? Em que percentual? As alterações quantitativas e qualitativas juntas estão limitadas a 25%?
9. Como deve ser aplicado o percentual de 25% para acréscimo em contratos de:
 - a) Serviços contínuos: valor anual, mensal, remanescente ou a soma de todos os períodos da contratação?
 - b) Licitação por itens e por lotes?
10. Os contratos decorrentes de dispensa e de inexigibilidade de licitação podem ser objeto de alterações unilaterais quantitativas e qualitativas? Quais os limites para essas alterações?
11. Nas alterações dos contratos de obras de engenharia, devem ser observados os valores unitários indicados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)? Qual a regra e quais os limites previstos no Decreto nº 7.983/2013? Como proceder caso essa referência não retrate a realidade de composição de custos do empreendimento? As estatais devem/podem aplicar esse decreto?
12. Eventuais erros na definição do objeto ou no projeto podem ser sanados por meio de alterações na fase contratual, qualitativas ou quantitativas? As alterações do contrato devem ser sempre motivadas em fato superveniente? Qual o entendimento do TCU?
13. É possível alterar a marca do bem objeto do contrato? Se cumpridos os requisitos técnicos mínimos previstos no edital, o contratado poderá entregar bem de qualquer marca? A alteração da marca deve ser sempre aprovada pela Administração?
14. Quais os impactos da adoção dos regimes de contratação integrada e semi-integrada com relação às alterações dos contratos? Qual a disciplina da Lei nº 13.303/2016 sobre esse tema?
15. Para dar continuidade a uma obra de engenharia, o fiscal do contrato determinou verbalmente alterações no projeto, as quais foram devidamente executadas pelo contratado. Apresentada a nota fiscal, o departamento financeiro não aceitou efetivar o pagamento. Pergunta-se:

- a) Foi correta a atuação do fiscal? Qual sua responsabilidade quanto às alterações qualitativas e quantitativas do contrato? Ele pode acatar ou denegar o pedido de alteração do objeto? Se a atuação não foi correta, como deveria ter agido?
 - b) Foi correta a atuação do departamento financeiro?
 - c) A Administração tem o dever de efetivar o pagamento?
- 16.** De acordo com o Decreto nº 7.892/2013, é possível acrescentar quantitativamente o objeto da ata de registro de preços? E o contrato? Qual o normativo a ser observado pelas estatais com relação ao SRP? Devem observar o Decreto nº 7.892/2013?
- 17.** A Administração pode renegociar seus contratos? O que poderá ser objeto dessa negociação: alteração, redução ou supressão em contratos de compras, serviços contínuos e obras? Quais as peculiaridades quanto às estatais?

ALTERAÇÃO DE PRAZO – PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

- 18.** O que envolve o prazo de execução e o prazo de vigência?
- 19.** Em que casos pode ser ampliado o prazo de execução? Configuradas algumas das hipóteses legais, a Administração pode denegar o pedido de ampliação do prazo de execução?
- 20.** Quais as condições para a ampliação dos prazos de execução e de vigência nos contratos realizados pelas estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016?
- 21.** É possível prever que o prazo inicial de vigência de um contrato enquadrado no *caput* do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 ultrapasse o exercício financeiro? Em que situações? Quais os cuidados? Qual o entendimento da AGU?
- 22.** Quais hipóteses admitem prorrogação do prazo de vigência para além do crédito orçamentário?
- 23.** Quais as condições para prorrogar o prazo de vigência dos contratos? Quais os requisitos previstos na IN nº 05/2017?
- 24.** Os contratos formalizados na vigência da IN nº 02/2008 podem ser prorrogados? E os contratos formalizados de acordo com o Decreto nº 2.271/1997 podem ser prorrogados com a entrada em vigor do Decreto nº 9.507/2018?

- 25.** Quais os impactos nas contratações de terceirização das estatais com a entrada em vigor do Decreto nº 9.507/2018?
- 26.** Quais os requisitos legais para a prorrogação excepcional prevista no § 4º do art. 57 da Lei de Licitações?
- 27.** A ata de registro de preços e os contratos dela decorrentes podem ser prorrogados? Qual a disciplina do Decreto nº 7.892/2013?
- 28.** Em toda prorrogação, deve-se averiguar a compatibilidade com os preços de mercado? É vedada a prorrogação quando a Administração verificar a prática de preços inferiores? Qual o entendimento do TCU? Quais as regras previstas na IN nº 05/2017?
- 29.** É possível prever que o prazo inicial de um contrato de serviços contínuos seja de 48 meses ou de 60 meses direto?
- 30.** Em contrato de serviços contínuos, a prorrogação deixou de ser formalizada na data adequada, mas as partes permaneceram executando o contrato. Como proceder? Pode-se sanear esse vício? Qual o entendimento do TCU? E se o objeto do contrato fosse uma obra, as consequências relativas à expiração do prazo de vigência seriam diversas?

FORMALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO – ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO

- 31.** Se o fiscal verificar a necessidade de alterações no contrato, como proceder? Como justificar e instruir a solicitação de alteração?
- 32.** Qual a responsabilidade do fiscal e a do gestor do contrato no controle dos prazos de execução e de vigência?
- 33.** Qual a atuação e a responsabilidade da assessoria jurídica e da área técnica nas alterações do contrato?
- 34.** Quais alterações demandam formalização por termo aditivo e quais podem ser feitas por apostilamento?
- 35.** Como devem ser formalizadas as alterações contratuais de acordo com a Lei nº 13.303/2016?

Dia 11

Quarta-feira

Professor Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação da *Revista Zênite ILC - Informativo de Licitações e Contratos* e da Equipe de Consultores Zênite. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

ALTERAÇÃO DO VALOR – REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO

- 36. O que são revisão, reajuste e repactuação? Qual a periodicidade para suas concessões?
- 37. É possível reajustar contrato cujo prazo de vigência é inferior a 12 meses?
- 38. A revisão, o reajuste e a repactuação dependem de previsão no contrato? Se não previstos, as respectivas concessões estão vedadas?
- 39. De acordo com o novo regime da Lei nº 13.303/2016, as empresas estatais podem reajustar, repactuar e revisar seus contratos?
- 40. Qual o marco inicial de contagem dos prazos do reajuste e da repactuação? Como deve ser realizada e processada a repactuação relativa aos montantes de mão de obra e de insumos? Qual o entendimento da AGU?
- 41. A partir de quando surtem os efeitos da repactuação: do pedido do contratado ou da data-base da categoria envolvida na prestação do serviço? Podem ser concedidos efeitos retroativos à repactuação? Qual o entendimento do TCU?
- 42. Qual o procedimento para a repactuação do contrato? Qual a disciplina da IN nº 05/2017? O que deve ser observado para a revisão do contrato? As estatais podem observar o procedimento previsto na IN nº 05/2017?
- 43. Nos contratos de serviços contínuos sem alocação exclusiva de mão de obra, pode ser previsto reajuste por índice ou deve ser realizada repactuação? Como se manifestou o TCU e qual o entendimento da AGU?

- 44.** É possível prever a repactuação dos contratos de obras com base na tabela SINAPI?
- 45.** No caso de obras, quais os cuidados para reajustar itens novos incluídos diante de alterações qualitativas? Quais as orientações do TCU?
- 46.** Sobre qual montante deve ser aplicado o percentual de reajuste nas obras: valor inicial ou parcela remanescente do contrato? E nos períodos subsequentes, quais os cuidados na aplicação do índice de reajuste?
- 47.** É possível revisar o contrato a favor da Administração?
- 48.** Quais as repercussões da definição da matriz de riscos na revisão dos valores contratados? Qual a disciplina da Lei nº 13.303/2016 sobre esse tema?
- 49.** É possível reajustar, repactuar e revisar o contrato depois de escoado o prazo de vigência?
- 50.** Em contrato de obra, cujo prazo inicial de vigência é de 6 meses e, por atraso decorrente de culpa da contratada, sua duração ultrapassou 12 meses, será devido o reajuste?
- 51.** Como solucionar os casos a seguir:
- ✦ 1º Caso – A partir de quando surge o direito à repactuação? Quando o novo valor contratual passa a surtir efeito?
 - ✦ Data do orçamento a que a proposta se refere: 01/05/2018
 - ✦ Data da apresentação da proposta: 01/07/2018
 - ✦ Data da assinatura do contrato: 01/09/2018
 - ✦ Nova data-base da categoria profissional: 01/05/2019
 - ✦ Depósito da CCT: 01/06/2018, com efeito retroativo a 01/05/2019
 - ✦ Pedido de repactuação – Parcela mão de obra: 01/08/2019
 - ✦ Termo aditivo para novo valor do contrato – Repactuação parcela mão de obra: 01/09/2019
 - ✦ 1 ano da data da apresentação da proposta: 01/07/2019
 - ✦ Pedido de repactuação – Parcela insumos gerais: 10/08/2019

- ✧ Prorrogação contratual: 01/09/2019
- ✧ Termo aditivo para novo valor contratual – Parcela insumos gerais: 10/11/2019
- ✧ 2º Caso – A partir de quando surge o direito à repactuação? Quando o novo valor contratual passa a surtir efeito?
 - ✧ Data do orçamento a que a proposta se refere: 01/03/2018
 - ✧ Data da apresentação da proposta: 01/05/2018
 - ✧ Data da assinatura do contrato: 01/06/2018
 - ✧ Nova data-base da categoria profissional: 01/03/2019
 - ✧ Prorrogação: 01/06/2019
 - ✧ Depósito da CCT: 01/08/2019, com efeito retroativo a 01/03/2019
 - ✧ Pedido de repactuação – Parcela mão de obra: 01/09/2019
 - ✧ Termo aditivo para novo valor do contrato – Repactuação parcela mão de obra: 15/10/2019
- ✧ 3º Caso – A partir de quando o contratado pode solicitar a segunda repactuação? Quando o novo valor contratual (2ª repactuação) passa a surtir efeito?
 - ✧ Termo aditivo para novo valor do contrato – Repactuação parcela mão de obra: 01/09/2019, com efeitos retroativos a 01/05/2019
 - ✧ Termo aditivo para novo valor contratual – Parcela insumos gerais: 10/11/2019, com efeitos retroativos a 01/07/2019
 - ✧ Prorrogação contratual: 01/09/2019
 - ✧ Nova data-base da categoria profissional: 01/05/2020
 - ✧ Depósito da CCT: 01/07/2020, com efeito retroativo a 01/05/2019
 - ✧ 1 ano da última repactuação da parcela mão de obra: 01/09/2020
 - ✧ 1 ano da última repactuação da parcela insumos gerais: 10/11/2020

- 52.** A lógica da preclusão deve ser aplicada no caso de repactuação, reajuste por índice e revisão do contrato? É possível prever um prazo para o pedido de repactuação e reajuste? Qual a consequência prática dessa previsão? Aplica-se a preclusão para os contratos das estatais formalizados de acordo com a Lei nº 13.303/2016?
- 53.** Como a Administração deve proceder se houver, no mesmo contrato, categorias profissionais distintas, cujas datas-base são igualmente diferentes? Como repactuar esse contrato?
- 54.** Novos direitos concedidos por meio de convenção coletiva podem ser incorporados pela repactuação?
- 55.** A ata e o contrato de registro de preços podem ser reajustados e revisados?

PERÍODO

09 A 11 • MARÇO • 2020



Credenciamento

No primeiro dia do evento
a partir das 07h30



Carga horária

24 horas



Horários

Entrada: 08h30
Almoço: 12h30 às 14h
Término: 18h

Onde será?

MATSUBARA HOTEL

Rua Coronel Oscar Porto, 836 – Paraíso • **São Paulo/SP**

Fone: (11) 3561-5000

Apto. SGL/STD

R\$ 287,00* + 5% ISS

Apto. DBL/STD

R\$ 327,00* + 5% ISS

Se optar pelo hotel de realização do evento, informe, no ato da reserva, que é participante do curso da Zênite para garantir o preço especial. Apartamentos sujeitos à disponibilidade.

O hotel trabalha com tarifas flutuantes, o que poderá implicar tarifário maior ou menor na época da realização do Seminário.

INVESTIMENTO

R\$ 4.140,00

- 03 almoços;
- 06 *coffee breaks*;
- Apostila específica do Seminário;
- Material de apoio (mochila, estojo com caneta, lapiseira, borracha, caneta marca-texto e bloco de anotações);
- Certificado.*

A cada 4 inscrições neste Seminário, efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a Zênite concederá cortesia para uma quinta inscrição.

* O certificado será entregue ao final do curso. O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário. Todos os dias, haverá duas listas: uma de manhã, e outra, à tarde.

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15, em um dos seguintes bancos credenciados:

Banco do Brasil	Ag. 3041-4 • c/c 84229-X
Caixa Econômica	Ag. 1525-3 • c/c 1566-2
Banco Santander	Ag. 3837 • c/c 130017258
Banco Itaú	Ag. 3833 • c/c 63040-7
Banco Bradesco	Ag. 2559 • c/c 26622-1

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(41) 2109-8666

evento@zenite.com.br

www.zenite.com.br

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).